

**ROTEIRO DOS ACAMPAMENTOS
PIONEIROS NO DISTRITO FEDERAL**

Presidente da República Michel Temer	
Ministro da Cultura Roberto Freire	
Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Kátia Bogéa	
Departamento de Articulação e Fomento Marcelo Brito	
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização Andrey Rosenthal Schlee	
Departamento de Patrimônio Imaterial Hermano Fabrício Oliveira Gaunais e Queiroz	
Departamento de Planejamento e Administração Marcos José Silva Rego	
PAC Cidades Históricas Robson Antônio de Almeida	
Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP) Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan	
159r	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal ; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro ; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel. – Brasília-DF, 2016. 52 p. ISBN: 978-85-7334-305-2 1. Arquitetura - Brasília. 2. Patrimônio Cultura - Brasília. I. Reis, Carlos Madson. II. Ribeiro, Sandra Bernardes. IV. Gabriel, José Mauro Barros. V. Título. CDD 720.98174

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF	
Superintendente	Carlos Madson Reis
Coordenadora técnica	Sandra Bernardes Ribeiro
Coordenador administrativo	André Moreira Antunes
Coordenação e organização editorial	Carlos Madson Reis Sandra Bernardes Ribeiro
Prefácio	Vera Bosí de Almeida
Elaboração do texto	José Mauro de Barros Gabriel
Revisão do texto	Claudia Marina Vasques Thiago Perpétuo
Projeto gráfico e diagramação	Luã Leão Luiz Felipe Fagundes Machado
Fotografias	Arquivo Público do DF Flávio Azevedo Lorrany Moura Silva Mário Fontenelle Wilson Susuki
Apoio administrativo	Agatha Barros Morgado Júlia de Araújo Carrari Loise Benício de Abreu Mesquita Lorrayne Silva Nogueira
Estagiárias	Bárbara Vasconcelos Tabosa Lorrany Moura Silva

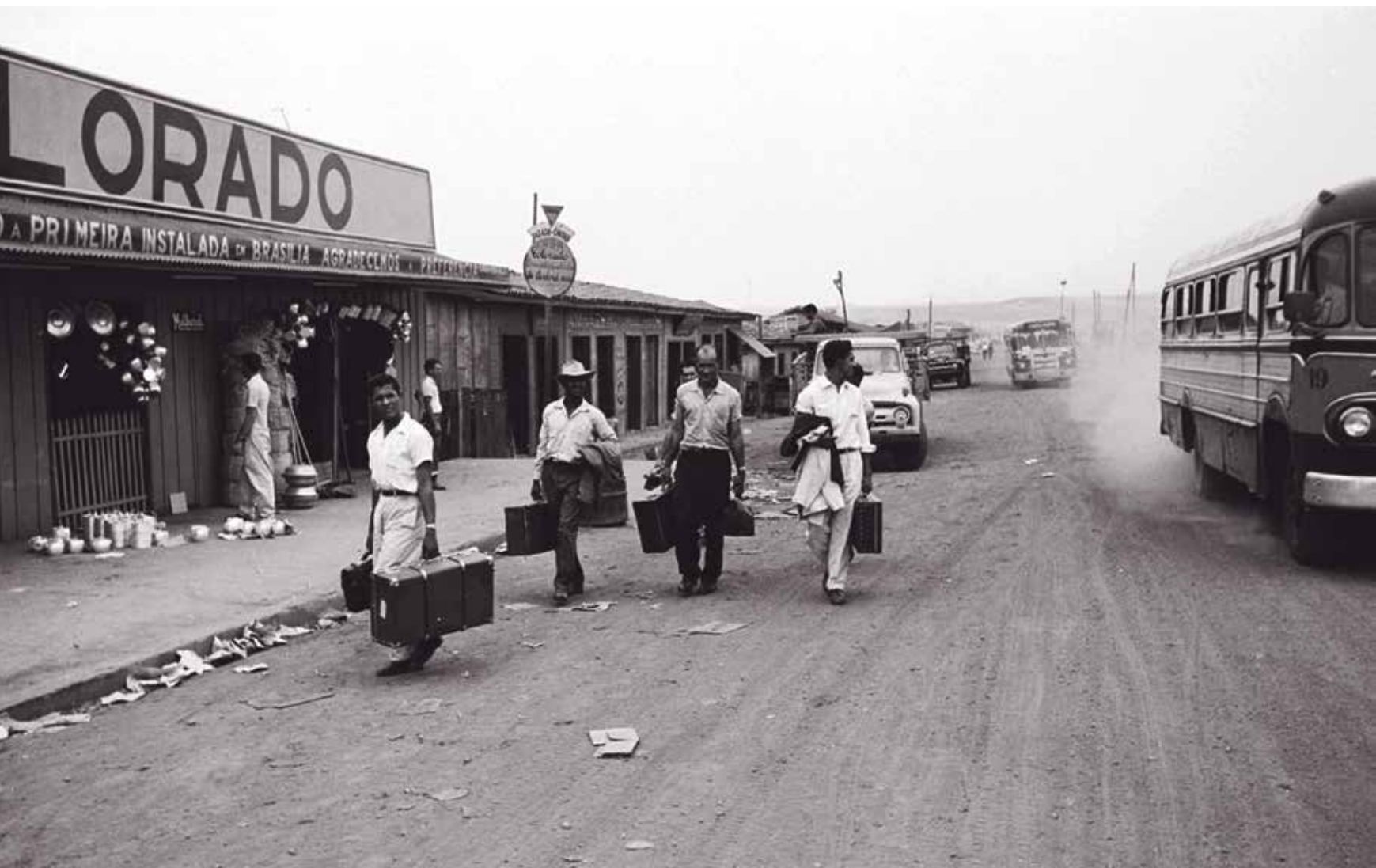
Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal

ROTEIRO DOS ACAMPAMENTOS PIONEIROS NO DISTRITO FEDERAL

Superintendência Iphan – DF
SEPS 713/913 Bloco D
Edifício Iphan 1º andar – Asa Sul
70390-135 – Brasília, DF
(61) 2124 6180 / (61) 2024 6109
www.iphan.gov.br
iphan-df@iphan.gov.br



Brasília
Iphan DF
2016



Apresentação

A Superintendência do Iphan no DF apresenta a publicação “Os acampamentos pioneiros no Distrito Federal” com o objetivo de contribuir para o conhecimento de uma parte importante e pouco conhecida da história da construção da capital federal e da ocupação desse território. São remanescentes desses acampamentos e, portanto, do patrimônio cultural de Brasília, que resistem ao tempo como elementos de um acervo ao mesmo tempo rico e desconhecido. Algumas edificações representativas – como a Igreja São José Operário ou o primeiro hospital de Brasília, hoje Museu Vivo da Memória Candanga – testemunham as técnicas construtivas das primeiras construções destinadas à moradia, amparo e suporte da população que veio de todo o Brasil para construir a cidade, sejam os operários candangos, sejam os arquitetos, engenheiros, ou os trabalhadores da burocracia do Estado brasileiro.

As edificações de madeira que, via de regra, tinham feição rústica, traziam consigo parte dos preceitos do racionalismo modernista, com suas linhas sóbrias e livres de ornamentações. Mesmo os casebres das vilas até as residências oficiais do alto escalão destinavam-se à demolição logo após o término das obras. Entretanto, já naquela época, algo de importante inspirava as noções de que ali estavam testemunhos inestimáveis, como aponta o então chefe do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, na cerimônia de tombamento do Catetinho, o Palácio de Tábuas, residência oficial de Juscelino Kubitschek ainda em 1959. Dizia ele:

“Estranhar-se-á que tão cedo, enquanto o empreendimento grandioso ainda se encontra distante da conclusão, já se lhe pretenda comemorar a história (...) O objetivo mais amplo da medida adotada é garantir e cultivar, por meio da proteção dos marcos expressivos do desenvolvimento da civilização nacional, a memória luminosa da identidade do Brasil do futuro com o do passado, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas de que se originaram.”

Menos sorte tiveram, porém, os vestígios construtivos das classes trabalhadoras, estas que se mantiveram aguerridas, desde a mesma época do tombamento do Catetinho. A ideia dos dirigentes da época era que os operários contratados temporariamente voltassem aos seus lugares de origem. Isso não ocorreu, pois aqui as possibilidades de uma vida melhor eram mais concretas, trabalho não faltava e havia muito espaço a ser ocupado. Portanto, a permanência de muitas famílias nos acampamentos percorreu uma história de lutas pela moradia já que muitos foram desconstituídos ou descaracterizados com o tempo, restando apenas algumas edificações que fizeram parte da história de cada um dos moradores: o hospital onde os filhos nasceram, a igreja onde os filhos foram batizados.

Certo é que o acervo remanescente desses dias tão importantes para a história brasileira, os da construção da capital de todos os brasileiros, se mantém a duras penas, desafiando tanto a conservação do Palácio de Tábuas presidencial quanto da capela do operário. O legado, como buscamos demonstrar, está presente mesmo nas ausências: os acampamentos tornados vilas, cidades, regiões administrativas, talvez não mais conservem intactos vestígios de 1960, mas carregam consigo, nas histórias dos moradores, a memória dessa grande aventura nacional.

Assim, esta publicação pretende divulgar esse patrimônio cultural remanescente, parte dele protegido pelo Iphan e pelo governo do Distrito Federal, mas que merece, cada vez mais, estar presente no imaginário de toda a população do DF e, por que não, de todo o Brasil.



Sumário

Apresentação	5	Candangolândia	32
Prefácio	9	Igreja São José Operário	
Introdução	15	Núcleo Bandeirante	36
Histórico	17	Hospital Juscelino Kubitschek De Oliveira (HJKO) – Museu Vivo da Memória Candanga	
Pressupostos	21	Vila Metropolitana Centro de Ensino Fundamental Metropolitana Capela Nossa Senhora Aparecida (Capelinha Metropolitana)	
Fundamentos	22	Vila Paranoá	46
Palácio do Catetinho	24	Igreja São Geraldo	
Vila Planalto	28	Vila Telebrasilía	50
Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompeia Fazendinha		Referências	52



Prefácio

Este documento, além de destacar a importância do patrimônio cultural consolidado pelo inédito processo da construção de Brasília, desperta a reflexão sobre alguns dos inúmeros detalhes desse momento histórico: onde o político, o técnico, o social e o cultural se confundem.

Para o migrante que chegava para trabalhar e sobreviver em Brasília a problemática da moradia se apresentava, e ainda hoje se apresenta, de forma complexa e totalmente caracterizada pelos diferentes modos de ocupação dos espaços territoriais, seja urbano ou rural, praticados neste vasto planalto central.

Ao apresentar e descrever os remanescentes dos acampamentos que abrigaram os construtores desta cidade, este documento remete à memória social que historicamente permeia e configura a problemática urbana no centro-oeste deste país: a ocupação dos imensos espaços vazios, as oportunidades de trabalho, a busca por melhores condições de vida que caracterizavam imenso desafio da mudança da capital.

Ao contrário do que erroneamente se esperava, não aconteceram o retorno dos migrantes às suas regiões de origem nem seu redirecionamento para outros empreendimentos que surgiram a partir da construção desta cidade. O número de residentes sempre cresceu.

“Quem tomou conta dele (centro urbano) foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.” (Lucio Costa, novembro de 1984).

Ainda hoje esse dilema permanece, brasileiros continuam a chegar e a intenção é quase sempre de permanecer. Este centro urbano não se preparou para receber os novos moradores. E, com certeza, através dos tempos essa também será uma história contada e realimentada pelos moradores desta cidade, desta região. As transformações locais e regionais continuam sendo objeto de avaliação, confirmação e admiração: a “Marcha para o Oeste” se concretizou!

Nos primeiros anos de minha atividade como urbanista no Governo do Distrito Federal (1974 a 1976), quando a falta de moradias já era o problema maior, uma das questões sociais mais prementes decorria das assim chamadas “invasões”, o que justificava propostas urgentes que previam a fixação dos moradores aproveitando os acampamentos das antigas construtoras como forma de aumentar o número de unidades habitacionais e promover melhores condições de vida aos migrantes voluntários – os migrantes oficiais já chegavam a Brasília com moradia garantida.

Entre as medidas paliativas adotadas por diferentes setores governamentais destacava-se a proposta de condições financeiras e operacionais para que o migrante e sua família retornassem às suas origens.

Uma invasão que destacava entre as demais era a do IAPI, junto ao Hospital Juscelino Kubistchek de Oliveira (HJKO), que era, no período da construção de Brasília, o único hospital da cidade. Conformava, por um lado, como uma situação de confronto quanto às expectativas otimistas que se tinham para a nova capital, por outro, como uma situação vergonhosa para os administradores e gestores da grande obra, porque se apresentava na entrada da cidade.

Assim, configurava uma situação muito crítica pelo volume e pela localização. De tanto que, por ser considerada ostensiva, provocara a criação de uma prática temporária de deslocamento das populações mais pobres para territórios distantes do Plano Piloto. Era denomi-

nada Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) o que acabou dando origem ao nome Ceilândia, cidade para onde foram transferidos esses moradores e seus barracos. Da mesma forma, outras áreas foram desocupadas e a Ceilândia, hoje uma Região Administrativa do Distrito Federal, abriga mais de 600 mil moradores.

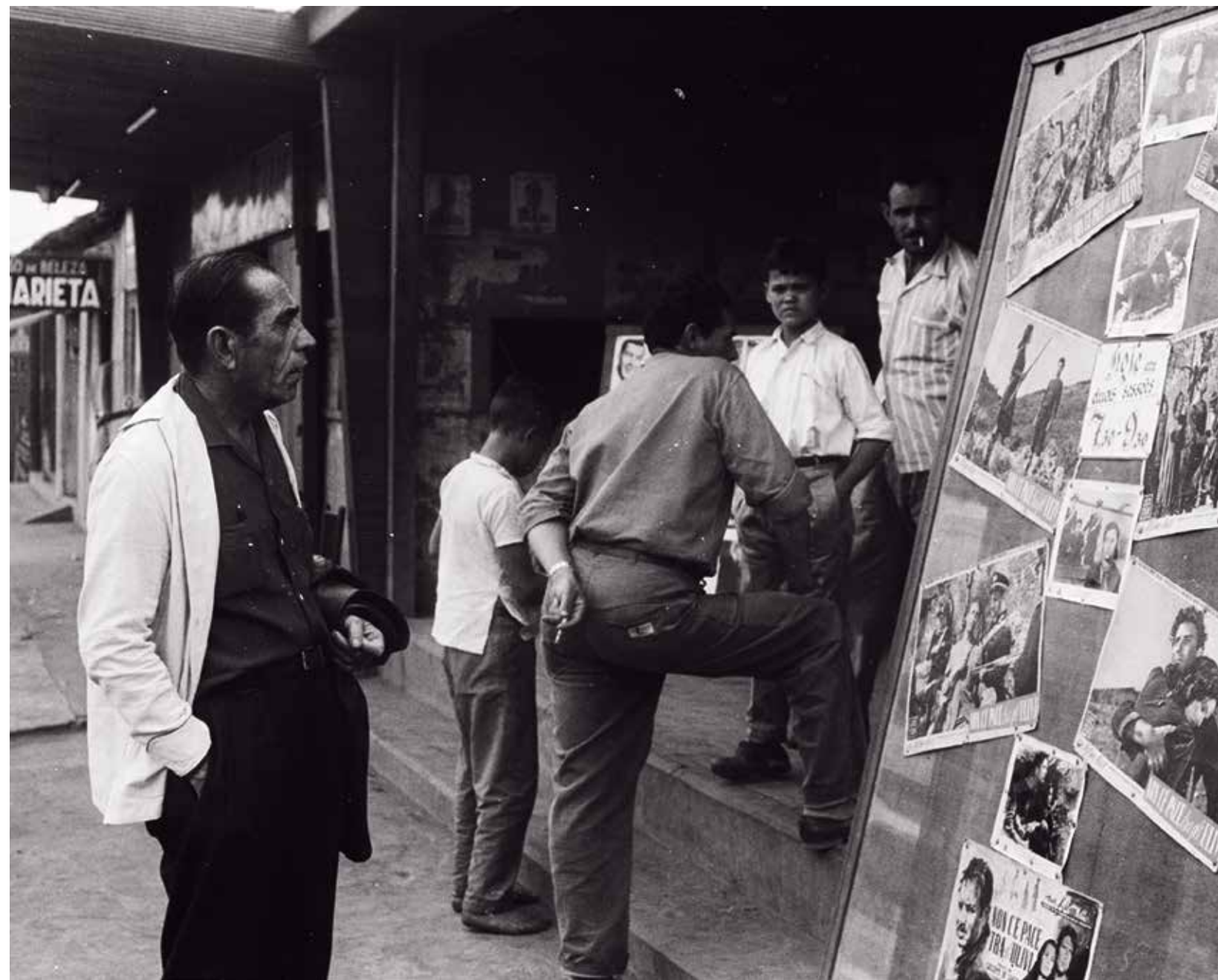
Naquela oportunidade, num trabalho desenvolvido ao mesmo tempo em que os “invasores” eram transferidos para a Ceilândia, as demais ocupações irregulares eram objeto de acompanhamento e fiscalização para que não crescessem, até que alguma atitude planejada fosse tomada. Nessas condições alguns valores construtivos e ambientais foram conservados, porém o processo de ocupação foi mais rápido e totalmente desordenado. As áreas objeto de preservação – os acampamentos – foram mantidos ainda que desfigurados pela ocupação intensiva e de controle difícil, quase impossível.

No compromisso de acompanhar a evolução de Brasília e das cidades que surgiram de acampamentos pioneiros, valorizando e divulgando a memória do trabalho dos seus construtores, este documento destaca valores culturais e históricos, alguns dos quais, felizmente, já protegi-

dos legalmente, com a expectativa de alcançar o reconhecimento e os cuidados da população hoje ocupante das áreas e dos imóveis aqui destacados e considerados.

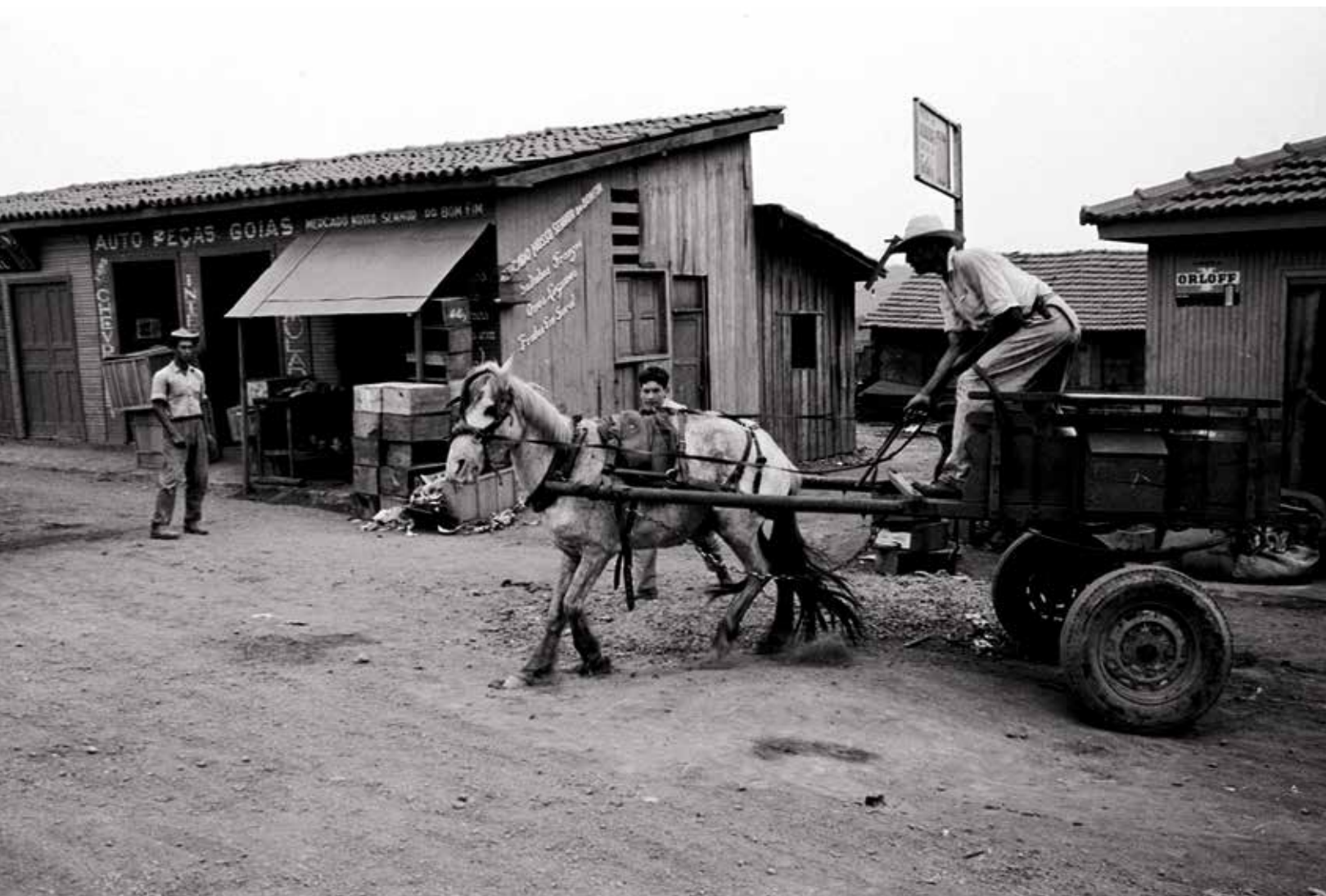
Esta afirmação se justifica porque cabe ao morador – da Vila Planalto, Telebrasília, Paranoá, Candangolândia, Metropolitana e até mesmo o Núcleo Bandeirante, hoje Região Administrativa, assim como o Paranoá – a conservação e o respeito aos valores humanos e culturais da área em que vivem. Certamente esses moradores, em sua maioria, precisam conhecer as razões que motivam ou justificam sua permanência e respectiva apropriação da área: sua localização geográfica, sua relação com Brasília, o traçado e os aspectos históricos e arquitetônicos cuja preservação deve ser garantida por serem elementos significativos da memória da fase de construção da Capital da República e, também, de seus próprios lares.

Vera Bosi de Almeida
Arquiteta e Urbanista





“Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores, que a Constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópolis ou Brasília.”
(Memória de José Bonifácio apresentada à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil pelo deputado França, lida na sessão de 9 de junho de 1823 mas não transcrita nos Anais.)



Introdução

O sonho da criação de Brasília e da interiorização da capital principia no século 18 quando o governo português cogita a sua transferência para o interior do Brasil. Em 1750 o cartógrafo genovês Francisco Tossi Colombina elaborou a chamada Carta de Goiás, sugerindo a mudança da capital do Brasil para essa região, antes mesmo da transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, ocorrida em 1763. A partir da promulgação da primeira constituição da república em 1892 o então presidente Floriano Peixoto designou uma comissão de cientistas liderada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls com o objetivo de explorar e demarcar uma área no Planalto Central destinada a acolher o futuro Distrito Federal.

A Comissão Exploradora do Planalto Central, conhecida como Missão Cruls, estabeleceu o chamado “Quadrilátero Cruls”, uma área de 14.400 Km² localizada no encontro das três principais bacias hidrográficas do Brasil, como o local ideal, apto a receber a futura capital. O botânico francês integrante da missão, Auguste Glazieu, afirmou que do ponto mais alto de um dos seus acampamentos da Comissão Exploradora (no caso, numa área próxima de onde se encontra a Região Administrativa do Cruzeiro), observava-se “vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires e Riacho Fundo” que muito o impressionaram pela “calma severa e majestosa”, nada a ele se comparando “quer pela fertilidade do solo, quer pela vantagem das águas, quer pelo clima, quer pelo conjunto da paisagem”.

Em 1922, no centenário da Independência do Brasil, foi lançada nas proximidades da cidade de Planaltina, então um município goiano, a Pedra Fundamental da Futura Capital, mantendo viva a intenção de sua transferência do litoral para o interior do país. Trinta anos depois, em 1952, foi promulgada pelo Congresso Nacional uma lei que determinava a realização de estudos mais conclusivos para a sua instalação, em obediência à Constituição Federal de 1946, que assim o determinava. Tais estudos foram concluídos 3 anos depois e aprovados pelo presidente Café Filho, em 1955. Nesse mesmo ano o então candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, prometeu que, se eleito, obedeceria à disposição constitucional e construiria a nova capital. Eleito em 1956, inicia imediatamente a realização de seu ambicioso Plano de Metas para o desenvolvimento do Brasil, estabelecendo Brasília como sua meta-síntese.



Histórico

Por ocasião do segundo aniversário de seu governo, antes mesmo da inauguração da nova capital, Juscelino Kubitschek, ao falar sobre sua promessa, assim se referiu a Brasília:

“Quando assumi o Governo, a criação de uma nova capital no centro do País pervagava no domínio dos mitos. Durante décadas, a única solução dada ao problema fora meramente cartográfica: nos mapas do País desenhava-se um retângulo de cor assinalando a localização do futuro Distrito Federal.

Prometi ao povo brasileiro que, encerrada a minha gestão, haveria de dar ao País, através de um novo centro administrativo, um novo senso de sua unidade e, por conseguinte, de sua existência orgânica. Creio que são poucos os que, hoje, duvidam da seriedade da minha promessa, da determinação de meu intento. Brasília, sem ser ainda a Capital, já é o orgulho e a esperança de todos os brasileiros – um motivo de admiração para o mundo. Antes mesmo de instalar-se, estará ligada aos nossos centros urbanos mais adiantados, unificando o que ainda constitui, mais do que a Nação, o arquipélago brasileiro. Brasília é uma realidade. Não preciso insistir em que a transplantação da Capital para seu sítio próprio é o marco de uma nova era, de uma concepção mais realista e mais correta de todos os problemas da nacionalidade. Agradeço a Deus o privilégio que me concedeu, de ter contribuído para a realização de um empreendimento dessa magnitude”.

O programa de industrialização e modernização do governo JK (1956-1961), do qual Brasília fazia parte, incluía o desenvolvimento do interior do país e a implantação de eixos rodoviários integrando as regiões norte e sudeste/sul do Brasil.

1 <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1958/17.pdf>

Para a construção da Nova Capital, o governo convocou, com promessas de salário e

emprego, trabalhadores de todos os cantos do país. Assim, milhares de brasileiros vindos de todas as regiões do país seguiram em direção ao Planalto Central num fluxo migratório sem precedentes.

Antes mesmo da sua inauguração, Brasília já se constituía em um grande aglomerado, um gigantesco canteiro de obras que já contava com cerca de 130 mil pessoas, metade delas morando em acampamentos ou em invasões e trabalhando na construção civil.

Os registros da população operária na área do Distrito Federal, realizados durante o período de construção, mostram o seu rápido crescimento. De 500 trabalhadores em 1956 houve um salto para 13 mil em 1957, 64 mil em 1959, e na época da inauguração, em abril de 1960, a cidade já atingia os 127 mil habitantes

No período que antecedeu o início das obras buscou-se planejar e organizar a infraestrutura de apoio necessária à construção, cabendo às empresas responsáveis pelas obras de terraplenagem, urbanização, infraestrutura e construção dos edifícios, a implantação, junto aos seus canteiros de obras, dos alojamentos para operários, engenheiros e suas famílias e também para os funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap.

Tais acampamentos, apesar de serem constituídos de construções provisórias que deveriam ser desativadas e desmontadas assim que as obras fossem concluídas, foram organizados à feição de pequenas cidades tradicionais, de modo a tentar recriar, para os operários e suas famílias, a ambiência a que estavam acostumados em suas cidades natais.

Nos planos da Novacap os operários seriam contratados temporariamente até que a obra fosse concluída devendo, a partir daí, desocupar os acampamentos, que seriam demolidos, e retornar aos seus locais de origem. A sua permanência a partir daí, era considerada e tratada

como invasão (termo adotado no Distrito Federal para designar tais assentamentos irregulares).

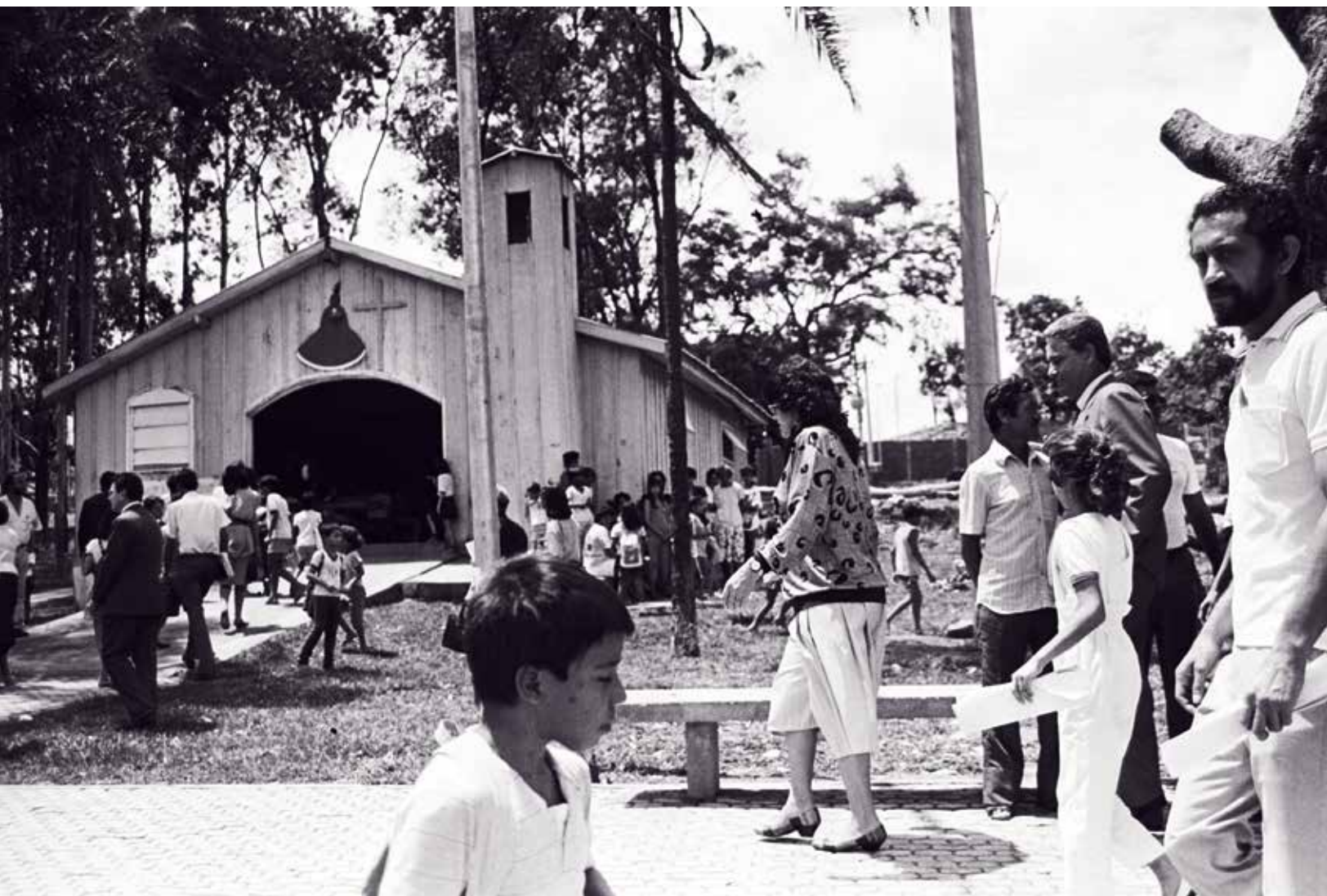
Ocorreu, entretanto, que Brasília, essa cidade nova erguida no meio do cerrado, continha promessas de oportunidades muito mais atraentes do que as que existiam nas regiões de origem dos operários, fazendo com que muitos resistissem em voltar. Assim, muitos deles permaneceram ocupando os acampamentos que, por mais simples que fossem, ainda possuíam mais conforto e recursos do que os encontrados em suas cidades.

Entretanto, durante os anos que sucederam à inauguração da capital, muitos desses acampamentos passaram a ser desconstituídos e

suas populações transferidas para as chamadas “cidades satélites”, implantadas, em média, a cerca de 30 km da região central de Brasília, algumas inclusive, criadas antes da inauguração da capital. Os trabalhadores e operários levavam consigo seus poucos pertences, suas esperanças, e a memória da construção da capital para longe da cidade que ajudaram a erguer do ermo.

Ainda assim, alguns desses acampamentos de obras resistiram ao desmonte e permaneceram ocupados, dando origem aos aglomerados urbanos mais tradicionais nas proximidades do Plano Piloto, como por exemplo, o Núcleo Bandeirante, a Vila Metropolitana, a Candangolândia e a Vila Planalto.





Pressupostos

Ainda durante o processo de construção de Brasília surgiram as primeiras preocupações quanto à necessidade de sua preservação. Juscelino Kubitschek chegou a fazer uma solicitação ao Iphan, em 1960, para o tombamento preventivo da cidade em construção. Entretanto, estas preocupações estiveram centradas especialmente no projeto urbano modernista e nos palácios e edificações mais significativos.

Somente no início da década de 1980 quando a cidade já se consolidava e frente às crescentes ameaças de descaracterização de seu projeto original, tem início um processo de discussão acerca da preservação da sua memória, com a participação de um grupo de técnicos da Fundação Nacional Pró-Memória, servidores do Governo do Distrito Federal e alguns professores da Universidade de Brasília.

Assim, foi criado, em 1981, o Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília, mais conhecido como GT-Brasília, com o objetivo de traçar e definir parâmetros para a política de preservação do patrimônio do Distrito Federal. Segundo Sandra Ribeiro (2005, p. 79) o GT-Brasília entendia que a preservação do patrimônio deveria levar em consideração uma visão ampla do processo de ocupação da capital, englobando todo o território do Distrito Federal e defendia que:

“[...] pesquisar seu patrimônio cultural significava investigar os primórdios das razões da mudança da capital, os artefatos produzidos pelos moradores que aqui ocupavam o espaço rural, a paisagem existente e modificada, a evolução da ocupação deste espaço desde as manifestações vernáculas em Brazlândia e Planaltina, a criação de cidades-satélites, os acampamentos de obras até a implantação e o desenvolvimento do projeto modernista de Lúcio Costa.”

Tendo em vista que os acampamentos pioneiros não gozavam de reconhecimento de seu valor histórico e considerando que os órgãos oficiais os viam como construções provisórias, destinadas ao

desmonte após a conclusão das obras, boa parte deles desapareceram por completo.

A permanência de alguns remanescentes se deu pela resistência organizada das populações que uniram-se em torno das reivindicações do direito à moradia. E a partir da atuação do GT-Brasília foi possível, em alguns casos, aliar a questão da preservação cultural desses locais e de suas memórias.

É preciso reconhecer que o patrimônio cultural da cidade se vincula às relações da população com os seus espaços urbanos, o que esses espaços representam simbolicamente para os habitantes e quais as relações do território com a história de sua ocupação ao longo do tempo.

Porque preservar remanescentes dos acampamentos pioneiros? Trata-se não só da importância histórica de se preservar a memória daqueles que participaram da construção de Brasília, mas também do resgate da conquista do espaço por remanescentes das populações que aqui se instalaram desde o início.

Por se tratar da preservação de uma parte importante da história da construção de Brasília, qual o significado dessa preservação para o patrimônio cultural de Brasília? Preservar a história é conhecer e respeitar o passado dando significado ao presente de forma a balizar o futuro. Brasília não surgiu do nada como se quer fazer acreditar, ela faz parte de um longo processo histórico e foi construída com a participação de milhares de brasileiros anônimos que fizeram parte da história da construção da cidade.

Essa parte da história feita de heroísmo e sacrifício deve e merece ser trazida à luz como testemunho para as gerações futuras. A valorização dos espaços enquanto patrimônio cultural, a permanência da população original e o direito à moradia, sua localização geográfica, o traçado e alguns elementos arquitetônicos representativos devem ser preservados como elementos significativos da memória da fase de construção de Brasília.

Fundamentos

Antes mesmo de desenvolver pesquisas e estudos referentes ao patrimônio contemporâneo e natural, o GT-Brasília, em seus quase dez anos de trabalho, entendeu a importância de se resgatar a memória daqueles que aqui habitavam e dos que participaram da construção da cidade.

A proposta do GT era, justamente, buscar outras perspectivas sobre a construção da história e da memória de Brasília. Os elementos até então marginalizados e ofuscados pelo entendimento de que o essencial à preservação da identidade da nova capital era, somente, o plano de seu conjunto urbanístico, foi superado por uma visão mais abrangente da sociedade candanga e de seu legado.

Tais preocupações integravam parte fundamental dos trabalhos do GT-Brasília, expressas no documento “Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal” que o grupo propunha como base da futura legislação de proteção ao patrimônio do DF. Neste documento, elaborado em 1987, além de definir o que seria o “Patrimônio Característico da Fase de Construção de Brasília”, apresenta lista dos acampamentos de interesse histórico e cultural levantados até aquele momento, estabelece suas poligonais e os parâmetros gerais de preservação além de remeter aos órgãos de preservação a obrigação de proceder à pesquisa, identificação e prestação de assistência técnica aos “Acampamentos Pioneiros”, tendo em vista sua preservação.

Posteriormente ao Anteprojeto de lei do GT-Brasília (mas claramente nele inspirado), foi elaborado por uma comissão técnica instituída pelo governo do Distrito Federal, em 1989, uma nova proposta de legislação, que dispunha sobre a “Política de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal”. Ao identificar e classificar esse mesmo patrimônio representativo das diversas etapas históricas de Brasília, estabeleceu como característicos da fase de construção de Brasília os assim chamados “Acampamentos Pioneiros” e algumas edificações que foram implantadas em

apoio à construção da cidade, estando relacionados no documento: o Catetinho, a Vila Planalto, o Conjunto do antigo Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Vila Metropolitana, o Acampamento Saturnino Brito, o Acampamento do Torto e o Acampamento da Velhacap.

Propôs ainda diretrizes específicas para preservação do que chamou de características essenciais, quais sejam: a preservação da vegetação existente, os espaços urbanos de valor simbólico e referencial, os traçados urbanos originais, as taxas e formas de ocupação dos lotes e a manutenção das características essenciais das tipologias construtivas representativas.

E finalmente elegeu algumas edificações e conjuntos como elementos arquitetônicos símbolos da fase de construção de Brasília:

- a Igreja Nossa Senhora do Rosário, Escola do 1º Grau, Alojamento dos Operários da Pacheco, República dos Engenheiros Solteiros da Rabello e Conjunto Fazendinha da Pacheco Fernandes, situados na Vila Planalto;
- b Igreja São José Operário, situada na Candangolândia;
- c Conjunto do Ex-Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, situado às margens da BR 040, nas proximidades do Núcleo Bandeirante;
- d Igreja Nossa Senhora Aparecida e o Centro de Ensino, situados na Vila Metropolitana;
- e As quatro (4) unidades residenciais situadas na área delimitada pela poligonal de preservação da Velhacap.

Entretanto, assim como a proposta do GT-Brasília, essa proposta de legislação de 1989 também não prosperou. Afinal, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a emancipação política do Distrito Federal



e, conseqüentemente, a composição de uma Câmara Legislativa responsável pela elaboração de uma Lei Orgânica, que por sua vez apresentaria uma política de preservação para Brasília. Ainda assim, é preciso registrar que ambos constituem iniciativas importantes para a mudança de paradigmas acerca da preservação da memória da cidade e do seu patrimônio representativo, sendo contemporâneos de algumas iniciativas de tombamento desenvolvidas pelo governo local a partir, principalmente, da mobilização da população organizada em torno de reivindicações pelo direito à moradia e pelo direito a memória histórica e afetiva.

Foi graças a esses movimentos sociais que parte da memória ligada à fase de construção de Brasília pôde ser preservada e, hoje, são mantidos como testemunhos de uma história de lutas e aventuras, ligadas à verdadeira epopeia humana que foi a construção, no longínquo planalto central brasileiro, da nova capital do país. Uma história ainda pouco conhecida, visto que as atenções sempre estiveram voltadas mais ao projeto da cidade (o plano-piloto de Lucio Costa) como grande realização do engenho humano. Entretanto, pela preservação e constante valorização desses vestígios podemos, cada vez mais,

aclarar sobre o cotidiano árduo dos candangos e de suas famílias, que vieram perseguindo o sonho prometido por JK de um Brasil mais moderno e justo.

O presente trabalho visa apresentar um breve roteiro, destacando alguns desses remanescentes históricos, compostos tanto por exemplares conservados de edificações quanto por núcleos de moradias originados de acampamentos implantados à época da construção de Brasília. Tais núcleos encontram-se, em sua maioria, descaracterizados em diferentes graus (se considerarmos sua feição original rústica de madeira), mas os seus traçados urbanos orgânicos ainda fazem referência ao modo de sua original implantação.

A seguir, apresentamos a lista daqueles exemplares considerados mais significativos remanescentes da época da construção, contendo informações sobre esses elementos urbanísticos ou edifícios, acompanhados por um pequeno histórico, breve descrição da tipologia e sua localização, bem como informações sobre legislação de preservação, quando for o caso.

Palácio do Catetinho

O Catetinho, um edifício para abrigar os despachos administrativos e reuniões do Presidente da República, foi a primeira edificação construída na área da nova capital, localizado próximo à pista de pouso da Fazenda do Gama. As obras se iniciaram no final de outubro de 1956 e foram concluídas em dez dias, inaugurado em 10/11/56, quando o Presidente expediu os primeiros atos destinados à construção de Brasília.

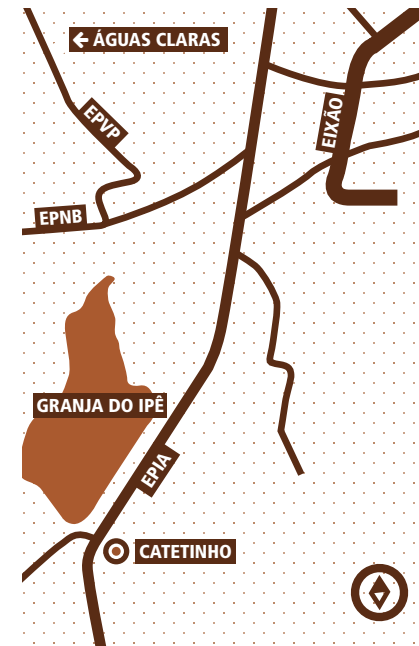
O Catetinho foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que elaborou uma edificação de dois pavimentos, em madeira, estilo modernista, com telhado de uma água, pilotis e varandas com treliças de madeira. Também conhecido como Palácio de Tábuas, o Catetinho recebeu esse nome como uma homenagem ao Palácio do Catete, residência oficial dos presidentes da República no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, um segundo edifício foi construído, para residência do presidente e sua família. O primeiro edifício, então, passou a sediar a diretoria da Novacap.

Hoje transformado em museu, o Catetinho é de propriedade da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e localiza-se na rodovia BR-040, próximo ao “Viaduto do Catetinho”, antes da entrada para a Região Administrativa do Gama.

O acesso ao Museu do Catetinho é gratuito e está aberto à visitação de terça a domingo, das 9h às 17h no seguinte endereço: Rodovia BR 040, Km 0, Trevo do Gama, Park Way, Brasília - DF - CEP: 71745-000 Telefone: (61) 3338-8807. A entrada é sinalizada e o local possui estacionamento próprio.



Dada a sua tamanha representatividade, o Palácio de Tábuas é protegido em duas instâncias: foi tombado pelo Governo Federal ainda em 21/7/1959, a pedido do presidente Juscelino Kubitschek, sendo inscrito no Livro de Tombo Histórico do SPHAN, e também pelo Governo do Distrito Federal em 19/11/1991, inscrito no Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados – DePHA – GDF – folha 003, inscrição nº 011).



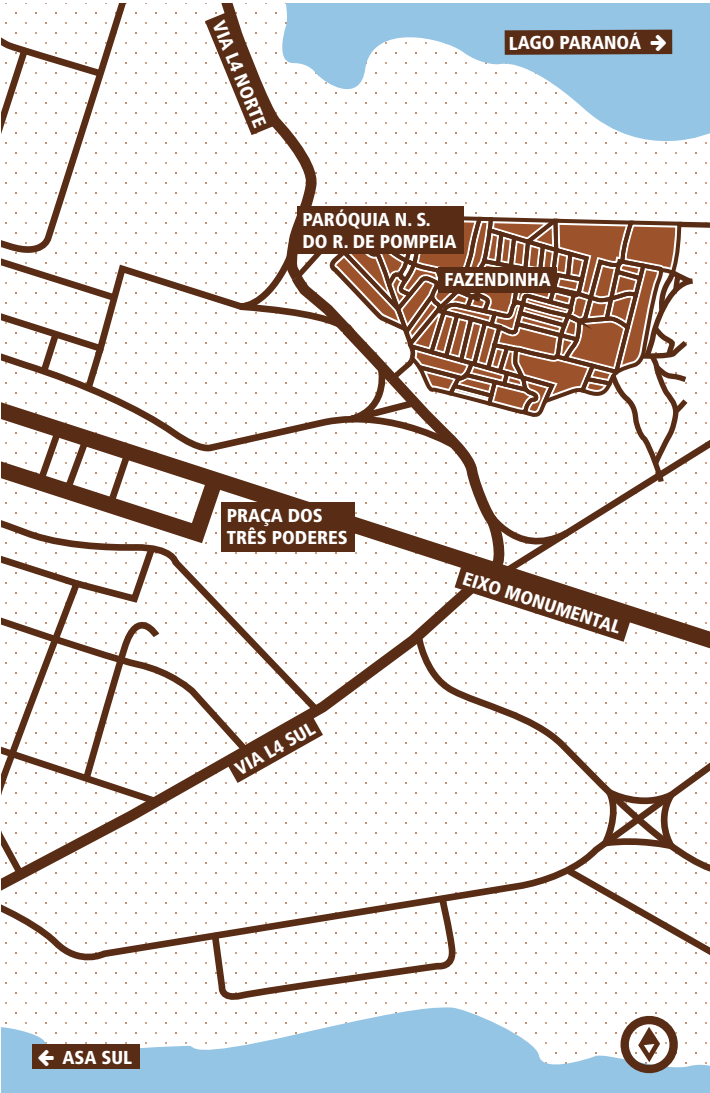


Vila Planalto

A Vila Planalto decorre da instalação dos acampamentos de várias construtoras que aí se estabeleceram para executar as obras da nova capital. Serviam para abrigar tanto os técnicos envolvidos com as atividades de administração e obras da Novacap quanto funcionários de obra das empreiteiras. Em 1956 as empresas Rabelo e Pacheco Fernandes foram as primeiras a se instalarem nas proximidades das obras que realizavam, respectivamente, o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel. Com a conclusão das obras, em 1957/1958, e início da construção do Eixo Monumental e da Praça dos Três Poderes, os acampamentos foram se deslocando. Com o início das obras na Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios, a Novacap permitiu que outras construtoras erguessem, simultaneamente, seus acampamentos em locais próximos aos já existentes. Conforme as obras avançavam os acampamentos foram sendo transferidos mais para leste, formando, em 1958, um grande conjunto de vinte e dois acampamentos ao redor do conjunto das obras prioritárias para a cidade.

Nessa época, o aglomerado de acampamentos das construtoras chegou a ocupar uma área muito maior que os atuais limites da Vila Planalto. O conjunto ia de onde hoje ficam os Anexos dos Ministérios, Senado Federal, Palácio do Planalto, passando pelos Setores de Embaixadas e Clubes Norte e chegando próximo ao Palácio da Alvorada. Quando houve o enchimento do Lago Paranoá, partes de alguns desses acampamentos, foram cobertas pelas águas.

Como todos os demais acampamentos de obras, a Vila Planalto estava destinada a ser removida, com a desmontagem das edificações de madeira, logo ao final das obras. Porém, devido à sua localização privilegiada e existência de boa infraestrutura no local, bem como por não haver, à época, nenhuma política habitacional capaz de oferecer melhores opções de moradia para a população residente, os moradores da Vila Planalto ali permaneceram, tornando-se este um núcleo habitacional pioneiro em pleno coração da Capital da República.



A Vila Planalto também está incluída na poligonal de tombamento federal, conforme consta da Portaria nº 314/92, que regulamenta o tombamento federal do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Atualmente a Vila Planalto conta com cerca de 12 mil habitantes e uma área de 74 hectares, decorrente dos remanescentes de seis acampamentos: Rabelo, Pacheco Fernandes, DFL, Tamboril, Emulpress e EBE, agregados aos remanescentes do Acampamento da Nacional.

O conjunto urbano da Vila Planalto se constituía originalmente de grupos diversificados de casas de madeira. A forma tradicional de comunicação direta das casas com a rua e a definição dos espaços públicos, a partir dos edifícios construídos, proporcionava a integração dos espaços públicos e privados, contribuindo para o desenvolvimento das atividades comunitárias.

A área da Vila Planalto, apesar de decorrer da agregação de vários acampamentos, possui uma estrutura espacial bem articulada, apresentando pontos com fortes características de centralidade e convívio social, edificações e locais espontaneamente eleitos pela população, como pontos referenciais de vivência dentro do processo histórico da Vila.

Os lotes são ocupados por atividades múltiplas, como habitações unifamiliares, comércio de serviços, e um polo gastronômico e de

cultura, favorecido pela proximidade da Esplanada dos Ministérios, que começa a modificar a destinação do local. (SILVA, 2011)

Por meio do decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988, a Vila Planalto tem seu valor histórico reconhecido pelo Governo do Distrito Federal, sobretudo, por fazer parte da história da construção da Nova Capital e do processo de ocupação do território do Distrito Federal (RODRIGUES, 2013). Conforme consta de suas normas de preservação sua proteção decorre de sua característica “peculiar no contexto do patrimônio do Distrito Federal”, com a presença de “princípios da arquitetura moderna miscigenados à estruturação socioespacial tradicional”, considerando, também, o reconhecimento do direito de fixação dos moradores e da sua importância como testemunho histórico da construção da cidade.



Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompeia

Também conhecida como Igrejinha da Vila Planalto, a edificação de madeira é o marco referencial mais importante para a comunidade, está localizada na entrada do núcleo urbano.

Na madrugada do dia 3 de março de 2000 o prédio original foi completamente destruído por um incêndio. As obras de reconstrução começaram 6 anos depois e a igreja foi reinaugurada oficialmente em 16 de dezembro de 2007. Durante esse período, as celebrações se deram no Parque Ação Paroquial, no Conjunto Fazendinha, também na Vila Planalto.



Fazendinha

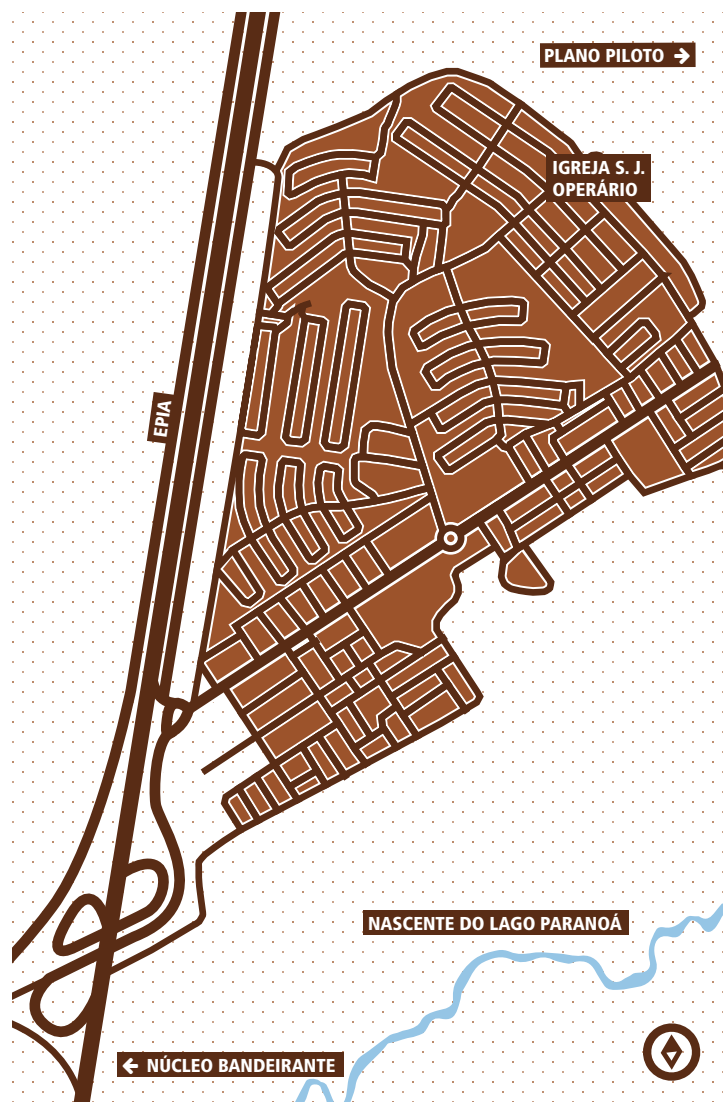
A Vila Planalto conserva ainda algumas edificações de madeira originais — reminiscências dos acampamentos da época da construção. Restam umas poucas construções que resistiram à ação do tempo. O conjunto de edificações que leva o nome de Fazendinha é constituído de cinco casas grandes — construídas em 1957 — que serviram de residência para engenheiros e pessoal graduado na época da construção. Por ter mantido uso constante, o conjunto da Fazendinha está em melhor estado de conservação. Na década de 80, segundo informações dos próprios moradores, foi utilizada como moradia por parlamentares e até por ministro de Estado. As estruturas são de piso único, chão avermelhado e com as janelas e o suporte da caixa d'água de madeira. Das cinco estruturas, só uma foi restaurada e serve como casa de acolhimento da Ampare (Associação de Mães Protetoras, Amigos e Recuperadora de Excepcionais) para crianças portadoras de deficiência abandonadas².

² Conforme noticiado pelo jornal Correio Braziliense: (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/03/16/interna_cidadesdf,475595/construcoes-de-madeira-resgatam-historia-de-brasilia-e-sofrem-com-desg.shtml)

Candangolândia

A Candangolândia teve sua origem ligada aos primeiros acampamentos pioneiros erguidos para administrar as obras de Brasília. O primeiro foi construído em 1956 pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), nas margens da rodovia de ligação com Luziânia, localizado na área atual da Candangolândia, dotado de boa infraestrutura para a época, com água encanada e energia elétrica proveniente de geradores.

Tendo em vista que a Candangolândia abrigava a sede da Novacap, com as residências para seus funcionários técnicos e administrativos, a localidade contava com variados equipamentos de caráter público, como um posto de saúde e o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira-HJKO (também conhecido como Hospital do IAPI), além de uma escola para os filhos dos pioneiros, um posto policial e dois restaurantes – um para os funcionários da Novacap e o outro do Serviço de Alimentação Popular SAPS. Ali também foi instalada a primeira caixa-forte de Brasília, nas dependências de uma instituição bancária onde se fazia o pagamento do salário dos operários.



Igreja São José Operário

Com o fluxo cada vez maior de trabalhadores que chegavam para a construção de Brasília os acampamentos, que dariam lugar à Candangolândia, se transformaram em uma pequena vila. Logo a população começou a demandar os elementos da vida cotidiana de uma pequena cidade, como a construção de uma pequena capela. Assim, foi criada uma igreja que foi inicialmente localizada onde, hoje, se encontra o Setor de Postos e Motéis. Entretanto, a construção da estrada BR-040, ligando Brasília a Belo Horizonte, acabou isolando a igreja dos acampamentos, tornando o acesso difícil e perigoso. Houve então uma mobilização da população solicitando à Novacap novo local para reconstruir a igreja.

A igreja São José Operário foi então erguida pela própria população numa área entre o Jardim Zoológico e a Candangolândia em aproxima-

A Igreja São José Operário é de propriedade da Arquidiocese de Brasília e foi tombada pelo Governo do Distrito Federal em 30/12/98, inscrita no Livro de Tombo Edifícios e Monumentos Isolados – DEPHA/GDF, em 17/2/2000 (Decreto de tombamento nº 19.960, de 29/12/98, publicado no DODF de 30/12/98).

damente 30 dias, construída totalmente em madeira. Com o passar do tempo a edificação foi se deteriorando até a completa desativação, em 1996. Temendo pelo desaparecimento da igreja a população solicitou seu tombamento junto ao Governo do Distrito Federal, tendo em vista sua importância como testemunho da história da formação da Candangolândia e, por conseguinte, da história da Capital Federal. Em 1998 foi iniciado um processo de reconstrução com base nas características originais de sua arquitetura.

A tipologia arquitetônica da edificação constitui modelo típico da arquitetura praticada nos acampamentos durante a fase de construção de Brasília, integralmente construída em madeira. Possui sistema construtivo-estrutural caracterizado pelo emprego ao longo das paredes externas de pilares esbeltos, que servem de apoio às tesouras destinadas a suportar a cobertura. As paredes laterais são vedadas por tábuas dispostas na horizontal.

A cobertura possui três planos distintos, sendo dois planos laterais com uma água e inclinação voltada para o lado externo da edificação e o plano central em duas águas, situado em nível superior. Na

diferença de altura entre os planos laterais e o central sobressai uma faixa horizontal de esquadrias basculantes em madeira. A disposição interna se distribui em nave, altar e depósitos. Nas fachadas laterais há janela de duas folhas, que se abrem para o exterior. Acima do plano central da cobertura, sobressai na parte frontal da edificação o campanário, coberto por duas águas que acompanham a inclinação dos demais telhados. Seu interior é totalmente desprovido de ornamentação, sendo as paredes internas constituídas de lambris de forro paulista e no acabamento do piso foi utilizado o material original que era o cimento queimado liso e todos os elementos construtivos pintados com tinta à base d'água. (Fonte: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal).



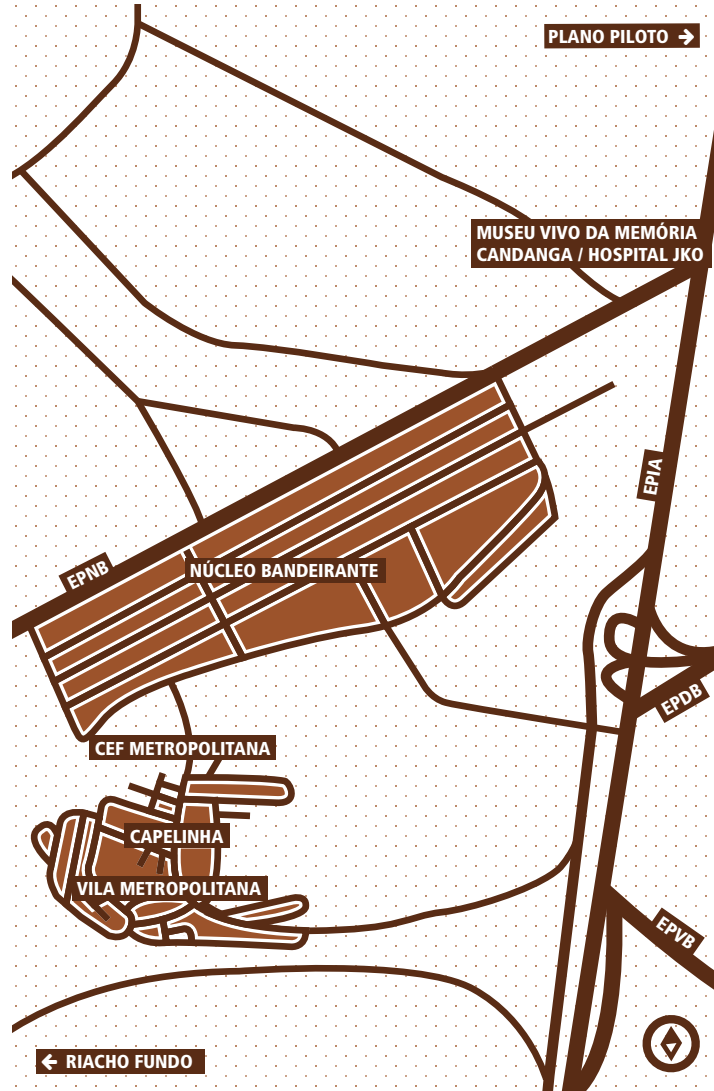
Núcleo Bandeirante

O Núcleo Bandeirante foi implantado em novembro de 1956 destinado a ser um entreposto comercial para fornecimentos de gêneros alimentícios, equipamentos, materiais de construção e produtos de primeira necessidade e serviços. Ficou conhecido pelo nome de Cidade Livre em virtude das atividades comerciais terem sido incentivadas no local através da isenção de impostos.

Planejado como uma ocupação temporária com população controlada a ser desativada em 1959, ou seja, todas as construções de madeira e os terrenos cedidos em comodato deveriam ser restituídos à Novacap antes da inauguração. Entretanto, enfrentou um crescimento muito além do previsto a ponto de, já em 1957, possuir em torno de 2.000 pessoas lá residindo.

Tornou-se um importante centro de comércio de gêneros de primeira necessidade e materiais de construção. Além disso, também se tornou um centro de diversões para os operários, com intensa vida noturna.

Foi tamanha a sua relevância para a vida da cidade que, mesmo depois de Brasília ser inaugurada, não foi possível fazer sua remoção como havia sido planejado, basicamente por dois motivos. O primeiro, é que durante esse período inicial da construção de Brasília, ele se consolidara como único centro comercial da capital. O segundo motivo, foi a reivindicação da população por sua fixação no local.



Hospital Juscelino Kubitschek De Oliveira – (JKO)
Museu Vivo da Memória Candanga

Localizado entre os três principais acampamentos de pioneiros – Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Velhacap (Candangolândia) e a ocupação original do IAPI, o JKO implantado para dar apoio a construção de Brasília entrou em funcionamento em julho de 1957. O hospital todo em madeira possuía área inicial em torno de 1.000 m2 e capacidade para 40 leitos.

Os alojamentos eram chamados de “Acampamento JKO”, que servia de moradia aos funcionários e suas famílias com casas dispostas em alameda e galpões de alojamento para os solteiros, e demais instalações de apoio à vida comunitária. Aí funcionaram também a primeira delegacia do trabalho, delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI, Posto Odontológico, além de um pequeno comércio de apoio.





Até o ano de 1960, quando houve a inauguração do Hospital Distrital de Brasília localizado no Plano Piloto, o HJKO foi o único hospital a funcionar no DF, responsável por todo o atendimento médico da cidade, chegando a ter capacidade para 200 leitos e funcionando vinte e quatro horas por dia.

A partir daí começou o seu lento declínio, até sua completa desativação, ocorrida em 1966, quando passou a funcionar como Posto de Saúde para atendimento aos moradores da Cidade Livre, operando até que surgissem, em 1973, os serviços de saúde regulares no Núcleo Bandeirante, desativando o HJKO definitivamente. Nos dez anos seguintes, o quadro foi de gradativa deterioração. Principalmente do hospital, já que as residências continuaram ocupadas por seus moradores, mesmo em situação irregular.

Em 1983, o proprietário da área, o Instituto de Administração Financeira e Assistência Social – IAPAS (já extinto), fez uma tentativa de demolir o hospital, enfrentando protestos da comunidade moradora do local, que conseguiu sustar sua demolição através de liminar da Justiça Federal. Movida também pelo valor histórico e afetivo que



esse equipamento possuía, a mesma comunidade solicitou à Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN o seu tombamento, em meados da década de 1980 (processo que somente foi finalizado em 2015, com a inscrição dos remanescentes do Complexo do HJKO no Livro de Tombo Histórico). Destaca-se ser esse o primeiro caso de pedido de tombamento feito pelos próprios moradores, em Brasília.

A justificativa para seu pedido de tombamento federal considerou-o como um dos elementos significativos para a memória de Brasília pelo fato de constituir “importante testemunho do momento inicial da construção e vida da cidade” além de “marco referencial para a memória social dos pioneiros” e “marco na história da saúde de Brasília e do Brasil”. Integra o conjunto arquitetônico protegido, todo em madeira, o edifício do hospital, as casas e os alojamentos dos funcionários, além de galpões de depósitos e serviços, implantados em ampla área arborizada com 184.000m².

O conjunto do HJKO abriga hoje o Museu Vivo da Memória Candanga, e passou por um processo de revitalização e restauração iniciado em



Foi tombado pelo Governo do Distrito Federal, inscrito no Livro de Tombo III – Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – DePHA/GDF, em 18/11/91 (Decreto de Tombamento nº 9.036, de 13/11/85, publicado no DODF de 13/11/85).

1987, através do então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico – DePHA do Governo do Distrito Federal.

A restauração englobou o edifício onde funcionava o atendimento hospitalar e ambulatorial, sete das oito casas da alameda destinadas originalmente a servirem de residência para os médicos, e quatro dos sete galpões de alojamento e de serviços. Logo após a conclusão do restauro das edificações, foram desencadeadas ações visando à instalação do Museu Vivo da Memória Candanga e das Oficinas do Saber Fazer, que proporcionavam à comunidade aulas práticas e oficinas de artesanato em papel, cerâmica e tecelagem.

O HJKO (Museu Vivo da Memória Candanga) é de propriedade do Instituto Nacional do Serviço Social – INSS, estando em processo de permuta da área com o GDF e localiza-se na Via EPIA Sul – Lote D – Núcleo Bandeirante. O acervo do museu é composto tanto pelas edificações históricas quanto pelos objetos de uso cotidiano dos candangos e fotos da época da construção da nova capital, organizados na exposição permanente “Poeira, Lona e Concreto”, que narra a história de Brasília desde os primórdios de sua construção até sua

inauguração, em 1960. O acervo de imagens conta com obras de fotógrafos consagrados, como Mário Moreira Fontenelle (primeiro fotógrafo oficial de Brasília), Peter Scheir e Joaquim Paiva, e os objetos e mobiliário são originários das ambientações do antigo Brasília Palace Hotel e do próprio HJKO. Também fazem parte do acervo as peças de artesanato e arte popular integrantes da “Casa do Mestre Popular” e da exposição “Renovação e Tradição – Novos Caminhos”. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2015a)

O Museu Vivo da Memória Candanga, localiza-se na Via EPIA Sul, SPMS, Lote D – Núcleo Bandeirante, CEP: 71.735-000. O telefone para contatos é (61) 3301-3590 e o e-mail do museu é o mvmc1990@gmail.com. A entrada é gratuita e o horário de visitação vai de segunda feira a sábado, das 9h às 17h.

Vila Metropolitana

A Metropolitana, hoje um bairro do Núcleo Bandeirante, se originou do acampamento montado em 1956 para abrigar os engenheiros e trabalhadores da Companhia Metropolitana de Estradas, empresa responsável pelas obras de terraplanagem da pista de pouso de aviões do futuro aeroporto de Brasília.

Em 1957, com a chegada das famílias dos operários, foi necessária a implantação de uma escola, de caráter temporário. Suas instalações foram das primeiras construídas no DF pela Novacap, tendo sido inaugurada em 20 de abril de 1958.

Com o adensamento populacional do Núcleo Bandeirante ocorrido ao longo do tempo a Vila Metropolitana acabou por integrar-se ao seu tecido urbano. A fixação definitiva da Metropolitana, em 1983, se deu principalmente pela luta de seus moradores. O parcelamento proposto para a fixação não conseguiu manter o arruamento original do acampamento, devido à rigidez da legislação urbana, o que acabou contribuindo para a descaracterização da vila. Assim, a urbanização da Vila Metropolitana acabou por contribuir para a perda de suas características históricas originais. Entretanto, alguns elementos foram preservados, como a bica d'água, o campo de futebol, a Igreja Nossa Senhora Aparecida e a Escola da Metropolitana (hoje Centro de Ensino Fundamental da Metropolitana), esta última, tombada como patrimônio histórico pelo GDF.

Em 1988, a comunidade organizada da Vila Metropolitana deu início a uma campanha para a reconstrução da escola, o que resultou na sua inclusão no programa de reformas executadas pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDE. O projeto de reconstrução e ampliação, seguindo os critérios de preservação, ficou a cargo do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico – DEPHA. Em 1990, novos blocos de salas foram construídos e, em setembro de 1995, a escola foi tombada, incluindo-se na área de preservação o Campo de Futebol, a Igreja Nossa Senhora Aparecida e a Praça.





Centro de Ensino Fundamental Metropolitana

O Centro de Ensino Fundamental-CEF Metropolitana foi inaugurado em 20 de abril de 1958, estando localizado junto à Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida. Foi uma das primeiras instituições de ensino erguidas pela Novacap e é a única a manter a estrutura preservada desde a época da construção de Brasília.

A praça, a igreja, a escola e o campo de futebol contíguo, constituem os últimos remanescentes do acampamento pioneiro. O conjunto histórico está situado na entrada da Vila Metropolitana com destaque no espaço urbano. A atual escola é composta por dois blocos remanescentes da construção original e por outros blocos acrescentados na reforma e ampliação executada em 1990. Os blocos originais são edificações térreas, de volumetria retangular, com aberturas de dimensões pequenas e cobertura de uma água com baixa inclinação.

O Centro de Ensino Metropolitana é de propriedade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – GDF, e está localizada na Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida Metropolitana no Núcleo Bandeirante. Foi inscrito no Livro de Tombo II – Edifícios e Monumentos Isolados – DEPHA, em 20/5/96 (Decreto de Tombamento nº 16.744, de 12/9/95, publicado no DODF de 13/9/95).



Capela Nossa Senhora de Aparecida (Capelinha Metropolitana)

A Capela Nossa Senhora da Aparecida, conhecida como Capelinha Metropolitana, foi construída em 1965 por trabalhadores da obra do aeroporto de Brasília. As missas deixaram de ser celebradas no local em 2005 devido à falta de espaço no prédio, sendo transferidas para um terreno vizinho. Em 2007, a igreja foi destruída por um incêndio. O prédio foi reconstruído de acordo com sua planta original e reinaugurado em 2008. A capela tem capacidade para abrigar 120 pessoas e atualmente é usada apenas para cerimônias especiais, como casamentos e batizados.

Vila Paranoá

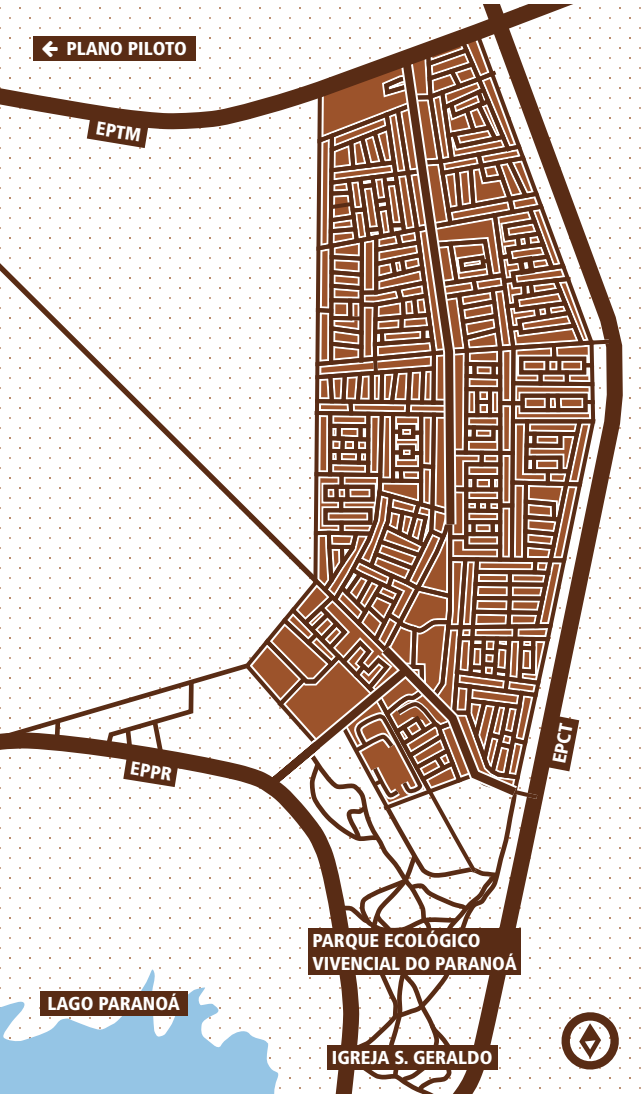
A Vila Paranoá foi criada em 10 de dezembro de 1964 a partir de um dos acampamentos remanescentes da época da construção de Brasília. Foi fundada em 1957, quando da implantação dos canteiros de obras para a construção da Barragem do Lago Paranoá. Após a inauguração de Brasília, em 1960, os habitantes permaneceram no local devido à necessidade de conclusão das obras da usina hidrelétrica. Nessa época, o acampamento já era composto por oitocentas moradias que abrigavam cerca de 3 mil moradores.

Ao longo dos anos, foram agregando-se à estrutura do antigo acampamento vilas de moradias irregulares. Na década de 1980, considerava-se que ali se instalara uma das maiores ocupações irregulares do Distrito Federal. Ainda que o Paranoá tenha sido reconhecido como Região Administrativa desde a década de 1960, a Vila Paranoá teve sua fixação marcada por uma longa trajetória de resistência e luta dos moradores que, por fim, conseguiram se manter naquela região. Porém, sua localização atual não corresponde à sua área original.

Após a fixação da Vila Paranoá a área do antigo acampamento tornou-se um parque ecológico, aprovado pelo então Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA) em 3 de junho de 1992 e instituído pelo Governo do Distrito Federal (GDF) por meio do Decreto nº 15.899/94.

O objetivo dessa área do parque é preservar a vegetação da antiga vila, com as árvores frutíferas plantadas pelas famílias e as edificações remanescentes preservadas como memória do antigo espaço. O Parque Vivencial do Paranoá é um marco histórico para a memória daquele núcleo pioneiro. Sua preservação e valorização, como testemunho da construção de Brasília, partiu de reivindicação da própria comunidade que residia no local.

Do antigo acampamento restam algumas lembranças. Além da caixa d’água, construída para abastecer os moradores do local, a Igreja São Geraldo, o segundo templo mais antigo do DF, erguida durante o período da construção da barragem. Nessa época, as missas eram realizadas em um barracão e, somente após a mobilização da comunidade as instalações paroquiais foram construídas.



Igreja São Geraldo

A Igreja São Geraldo, construída em 1957, é a segunda igreja mais antiga do Distrito Federal, sendo reconhecida como um marco histórico na memória não só do núcleo pioneiro da Vila Paranoá, mas também na história do Distrito Federal. Lá se reuniram os grupos que reivindicaram a fixação do acampamento, lutando por água, moradia e saneamento básico. Foi lá também que se realizou a alfabetização de grande parte dos pioneiros da vila.

No final da década de 1970, a construção inicial sofreu acréscimo de duas outras construções precárias, que serviram para abrigar as funções paroquiais. Essa intervenção alterou a forma original e não compõe o volume do bem tombado.

A Igreja São Geraldo é de propriedade da Administração Regional do Paranoá. Está localizada no Parque Vivencial do Paranoá, área do antigo acampamento Paranoá. Foi inscrita no Livro de Tombo II – Livros e Monumentos Isolados – DePHA – GDF, em 14/12/93 (Decreto de Tombamento nº 15.156, de 27/10/93, publicado no DODF de 29/10/93, e Lei nº 609, de 6/10/93, da Câmara Legislativa do DF).

A partir de uma reivindicação da comunidade pela sua preservação e valorização, a Igreja São Geraldo foi tombada pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DEPHA), através do decreto nº 15.156/93. Já em 2005, apesar de seu tombamento distrital, a Igreja se encontrava em avançado estado de deterioração por falta de manutenção adequada, vindo a desabar, restando apenas as antigas escadas e o piso. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2015b)

Em 2014 o edifício foi totalmente reconstruído conforme o projeto original, encontrando-se hoje em pleno funcionamento.

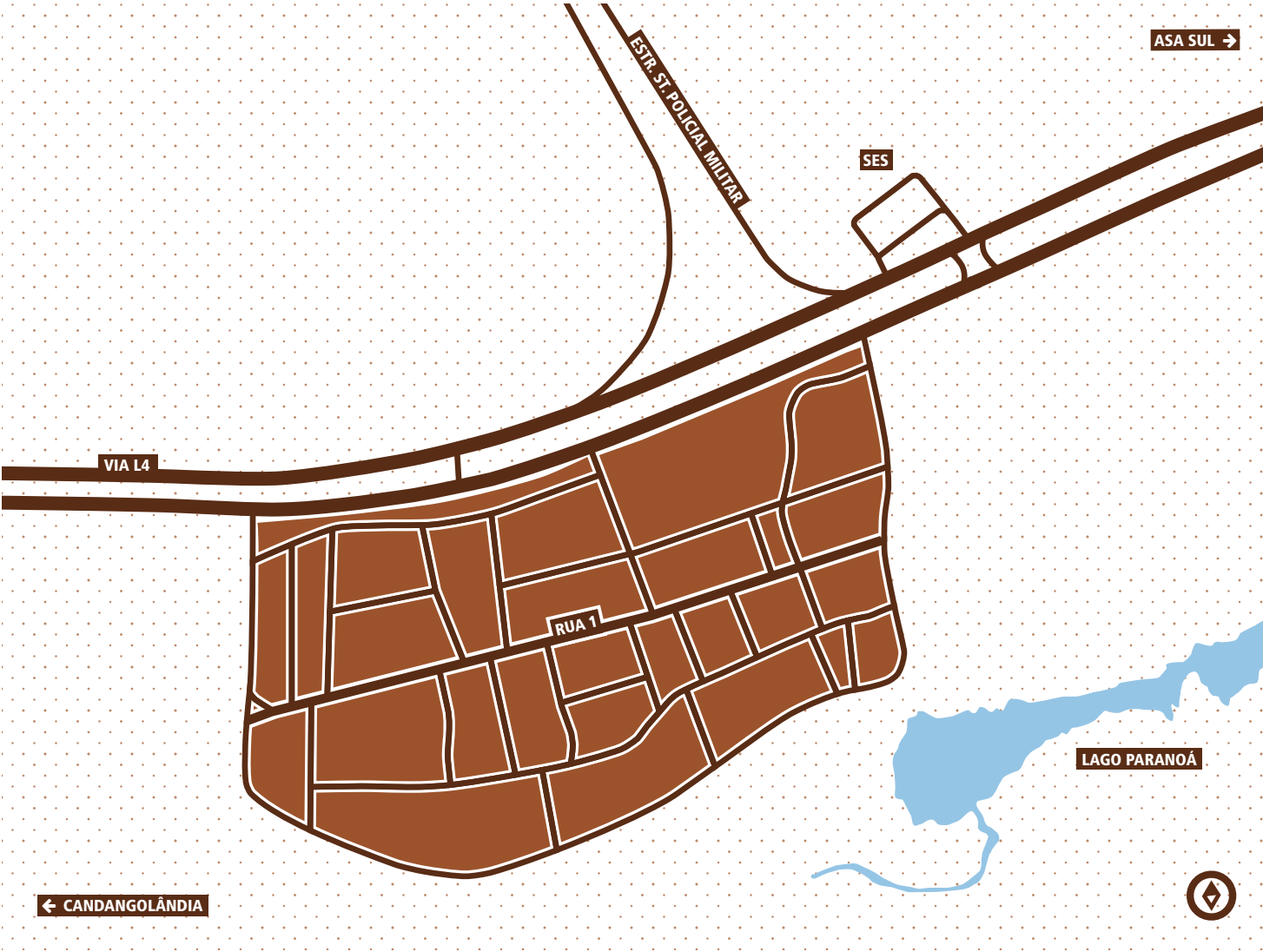
Sua tipologia é descrita como uma edificação em madeira de área aproximadamente de 160m². A cobertura possui duas águas, e a distri-

buição interna é composta pela nave e altar central e duas salas laterais. Constitui um espaço único, sem paredes divisórias e os espaços da nave e do altar são separados apenas por um amplo semiarco. Possui interior sem revestimentos, sendo que apenas a área do altar e as salas laterais possuem forro. A fachada simples é dotada de poucas aberturas, uma porta principal, duas laterais e três janelas altas em cada lateral. Não dispõe de campanário, sendo o pequeno sino fixado diretamente na estrutura do telhado. A fachada frontal é adornada por uma cruz, disposta sobre a porta principal.



Vila Telebrasília

A Vila Telebrasília surgiu em 1956 como acampamento de funcionários da construtora Camargo Correa e se localiza à beira do Lago Paranoá, no final da Asa Sul. Semelhante a outros remanescentes de acampamentos pioneiros já não há exemplos de edificações de madeira originais da época da construção. Porém, quando de sua efetiva regularização (conforme a Lei nº 161, de 4 de setembro de 1991, que permitiu a fixação dos moradores no local), houve a preocupação quanto ao respeito aos padrões existentes de ocupação original com a manutenção da volumetria de edificações baixas e presença de vegetação. Assim, buscou-se a preservação da rua como espaço de lazer e convívio cotidiano, semelhante ao contexto de pequenas cidades tradicionais. A Vila Telebrasília constitui-se, hoje, como um local de habitação popular dentro do Conjunto Urbanístico de Brasília.



Referências

SILVA, José Bonifácio Andrada e. **Projetos para o Brasil:** Memória à Assembléia Constituinte (1823). Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/Historia-Projetos/Bonifacio-1823-capital-interior.shtml>>. Acesso em: 10.nov.2015.

METROPOLITANA, bairro histórico do Núcleo Bandeirante. **Cidade Livre** (blog), Brasília, 22.maio.2010. Disponível em: <<http://cidadelivrebandeirante.blogspot.com.br/2010/05/metropolitana-bairro-historico-do.html>>. Acesso em: 20.out.2015.

FERNANDES, Agnelo. **Tombamento**. [Brasília: GDF], 2012. Disponível em: < http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/acervo/pdf/Patrimonio_tombado_e_registrado_DF.pdf>. Acesso em: 15.out.2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura. **Museu Vivo da Memória Candanga**. Brasília: GDF, 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/museus/museuvivo-da-memoria-candanga.html>>. Acesso em: 13.nov.2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Centro de Ensino Médio 01 do Paranoá. **A história do Paranoá**. Brasília: GDF, 2015b. Disponível em: <http://www.cem01-paranoa.com.br/historia_paranoa.html>. Acesso em: 21.out.2015.

JATOBA, L.T. **Brasília e as suas cidades invisíveis:** a construção do imaginário de uma cidade-patrimônio. Brasília: UNB/ Faculdade de Ciência da Informação, 2014.

OLIVEIRA, V. D. **Paranoá:** Lutas, desafios e desenvolvimento; memórias e experiências de quem participou dessa história. Brasília: UNB/Faculdade de Educação, 2006.

PONTUAL, Helena Daltro. **Do quadrilátero Cruls ao patrimônio histórico e cultural da humanidade**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not02.asp>>. Acesso em: 13.nov.2015.

RIBEIRO, S. B. **Brasília:** memória, cidadania e gestão dopatrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RODRIGUES, T. T. **Vila Planalto:** de acampamento ao contexto de Brasília patrimonializada. Brasília: UNB/Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Geografia, 2013.

SILVA, M. A. S. **A produção da habitação de interesse social no DF:** a pressão por habitação e os assentamentos irregulares na cidade modernista. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

SIMÕES JÚNIOR, J. G.; ALVIM, A. B. Brasília, modernidade e exclusão dos acampamentos às cidades-satélites. In: ENANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. **Desenvolvimento, planejamento & insurgências:** alternativas contemporâneas no espaço urbano e regional. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.







IPHAN **80** ANOS 1937 2017

MINISTÉRIO DA
CULTURA

